



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA MARIA EM 09.12.2016

Aos 09 dias do mês de dezembro de 2016, compareceu à sede da 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada das Assistentes da Secretaria da Corregedoria, Adriana Stangler e Ceci Franzen Matte, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0003760-62.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Substituta Elisabeth Bacin Hermes, pela Diretora de Secretaria, Helena Bevilacqua Beck, e pelos demais servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 13.06.1959

**Data da última correição realizada:** 1º.09.2015

**Data de Implantação do PJe:** 24.10.2014

**Jurisdição:** Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itaara, Ivorá, Jari, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Palma, Pinhal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Silveira Martins, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, Toropi.

**1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 09.12.2016**

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
<b>Fernando Formolo</b>	<b>Juiz Titular</b>	Desde 21.11.2016
<b>Elisabeth Bacin Hermes</b>	<b>Juíza Substituta lotada, em regime compartilhado com a 1ª Vara do Trabalho</b>	Desde 12.03.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.11.2016)

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04.2016 da Corregedoria Regional deste TRT, a 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria pertence à 62ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª Vara do Trabalho da



Comarca. Nessa circunscrição vigora o regime de lotação plúrima, com a atuação do Juiz Titular da Vara do Trabalho e de um Juiz Substituto lotado que atua de forma compartilhada, respectivamente denominados “J1” e “J2”.

### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Marco Aurélio Barcellos Carneiro</b>	<b>Juiz Titular de 27.01.2012 a 20.11.2016</b>	4 anos, 9 meses e 24 dias	
2	<b>Elizabeth Bacin Hermes</b>	<b>Juíza Substituta lotada, em regime compartilhado com a 2ª Vara do Trabalho, desde 12.03.2012</b>	Há 4 anos, 8 meses e 28 dias*	
3	Átila da Rold Roesler	<b>07.01 a 08.02.2015</b>	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Juiz Titular	33 dias
4	Carolina Cauduro Dias de Paiva	<b>11.03.2015</b>	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	1 dia
5	Laura Balbuena Valente Gabriel	<b>12 a 19.03.2015</b>	Atuou em razão das férias do Juiz Titular	8 dias
		<b>23.03 a 28.04.2015</b>	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Juiz Titular	36 dias
6	Fernando Reichenbach	<b>03 a 07.08.2015</b>	Atuou em razão de pautas de suspeição do Juiz Titular	5 dias
7	Bárbara Fagundes	<b>07.01 a 05.02.2016</b>	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	29 dias
		<b>02 a 15.05.2016</b>	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Juiz Titular	14 dias
8	Sheila dos Reis Mondin Engel	<b>15 e 16.02.2016</b>	Atuou em razão de pautas de impedimento do Juiz Titular	2 dias
9	Maurício Graeff Burin	<b>25.04 a 1º.05.2016</b>	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	7 dias
10	Jorge Fernando Xavier de Lima	<b>16 a 19.05.2016</b>	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Juiz Titular	4 dias



11	Roberta Testani	<b>19 e 20.05.2016</b>	Atuou em razão de pautas de impedimento do Juiz Titular	2 dias
12	Fabrício Luckmann	<b>23.09.2016</b>	Atuou em razão de pauta de suspeição do Juiz Titular	1 dia
		<b>10.10 a 20.11.2016</b>	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	41 dias
13	<b>Fernando Formolo</b>	<b>Juiz Titular desde 21.11.2016</b>	Há 19 dias*	
14	Cássia Ortolan Grazziotin	21 a 27.11.2016	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se no exercício da titularidade da Unidade Judiciária	7 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.11.2016)

\* Período totalizado até a data da visita correcional.

#### 2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares e da Juíza Substituta lotada durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total (em dias)
Titular	<b>Marco Aurélio Barcellos Carneiro</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1º.01 a 13.02.2015*	43
			23.03 a 28.04.2015	37
			11.04 a 19.05.2016	39
	05.10 a 20.11.2016		47	
			<b>= 166</b>	
		Férias	18.02 a 19.03.2015	30
			03.08 a 1º.09.2015	30
			10.02 a 10.03.2015	30
			15.07 a 13.08.2016	30
			<b>= 120</b>	
	<b>Fernando Formolo</b>	Designação para atuar na Vara do Trabalho de Santiago	21 a 27.11.2016	<b>7</b>
Substituta lotada	<b>Elizabeth Bacin Hermes</b>	Férias	06.04 a 05.05.2015	30
			09 a 18.09.2015	10
			21.09 a 12.10.2015	22
			02 a 31.05.2016	30
			15.08 a 13.09.2016	30



				<b>= 122</b>
--	--	--	--	--------------

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 30.11.2016)

\* Período total da Licença para Tratamento de Saúde do anterior Juiz Titular Marco Aurélio Barcellos Carneiro: de 10.11.2014 a 13.02.2015 (96 dias).

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Helena Bevilacqua Beck	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Diretora de Secretaria (CJ3)</b>	1º.03.1995
2	Rafael Mayer César*	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	22.03.2012
-	Fernanda Juliane Brum Corrêa	Analista Judiciário - Área Judiciária	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	07.01.2014
3	Richard Pires Lara	Analista Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	02.05.2007
4	Solange Pires Azzolin	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente de Execução (FC04)</b>	07.12.1998
5	Paulo Gomes Bornhorst	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	23.03.2009
6	Ivan Carlos Pauletto	Técnico Judiciário - Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	18.06.2003
7	Carla Simone Ries Marques	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	<b>06.02.1998</b>
8	Mariane Bortoluzzi Bianchin	Analista Judiciário - Área Administrativa	-	<b>1º.04.2005</b>
9	Joselaine Turchielo Calegaro	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	<b>14.05.2007</b>
10	Tiago Paz Senger	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	<b>21.05.2007</b>
11	Juliana Marin Machado	Técnico Judiciário - Área Administrativa	-	<b>10.09.2007</b>
12	Guilherme Reuter Dotto	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>21.01.2010</b>



13	Liciane Andréia Klusener	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>22.02.2010</b>
14	Erika Rezende da Costa Caneppele	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	<b>19.01.2011</b>
15	Kelli Cristina Grando Alves	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	<b>16.09.2013</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.11 e 05.12.2016)

\* Observação: O Sistema Recursos Humanos informa, no dia 24.11.2016, previsão de saída do servidor Rafael Mayer César, para lotação na 22ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, e de entrada da servidora Joana Vanoni Tronca Ragazzon, atualmente lotada na Vara do Trabalho de Santiago.

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/2010 CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.217 processos	1.001 a 1.500	<b>15 servidores</b>	11 a 12 servidores

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções do CSJT nº 77 e 83/2011 e nº 160/2015, Anexo III, visando ao cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria **excede** os parâmetros previstos nas referidas normas.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
<b>Carla Simone Ries Marques</b>	-	-	-
<b>Erika Rezende da Costa Caneppele</b>	Folga compensatória por atuar em regime de plantão (PLANTÃO)	3	<b>3</b>



<b>Fernanda Juliane Brum Corrêa</b>	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	3	<b>3</b>
<b>Guilherme Reuter Dotto</b>	Curso ou Evento (CURS)	3	<b>4</b>
	Doação de Sangue (DSAN)	1	
<b>Helena Bevilacqua Beck</b>	Curso ou Evento (CURS)	1	<b>8</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	7	
<b>Ivan Carlos Pauletto</b>	-	-	-
<b>Joselaine Turchielo Calegaro</b>	-	-	-
<b>Juliana Marin Machado</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>2</b>
<b>Kelli Cristina Grandó Alves</b>	Curso ou Evento (CURS)	3	<b>3</b>
<b>Liciane Andréia Klusener</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>4</b>
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
<b>Mariane Bortoluzzi Bianchin</b>	Curso ou Evento (CURS)	2	<b>2</b>
<b>Paulo Gomes Bornhorst</b>	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	1	<b>1</b>
<b>Rafael Mayer César</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	13	<b>13</b>
<b>Richard Pires Lara</b>	Falecimento de Pessoa da Família (FALC)	8	<b>13</b>
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	4	
<b>Solange Pires Azzolin</b>	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	<b>3</b>
<b>Tiago Paz Senger</b>	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.11.2016)

## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. No Foro Trabalhista de Santa Maria, **as audiências foram adiadas no dia 30.06.2015**, mantido o atendimento e os serviços às partes e procuradores nos horários normais em cada Unidade. As audiências e demais rotinas das Unidades foram retomadas a partir do dia 1º.07.2015, conforme a Portaria nº 03/2015, expedida pelos Juízes



Gustavo Fontoura Vieira, Marco Aurélio Barcellos Carneiro e Elizabeth Bacin Hermes.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

Conforme consulta ao Sistema BI TRT 4 em 24.11 e 05.12.2016, verificou-se que não houve movimentação de servidores na Unidade Judiciária durante o período correcionado.

## 2.2.6 Estagiários

	Estagiário	Curso em Andamento	Período
1	<b>Fábio Ramiro Ferreira Dias</b>	Superior em Direito	desde 17.08.2016 até 16.02.2017

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 24.11 e 05.12.2016)

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria foi enquadrada na **faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano**. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância do TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 01a Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00



Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
<b>Santa Maria - 02a Vara</b>	<b>1.134</b>	<b>1.195</b>	<b>1.323</b>	<b>1.217,33</b>
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 04a Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
<b>Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano</b>	<b>69.303</b>	<b>72.293</b>	<b>74.266</b>	<b>1.284,89</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.10)	Varição 2015-2016
<b>Pendentes de finalização na fase de conhecimento*</b>	2.094	2.582	23,30%	2.712	5,03%
<b>Pendentes de finalização na fase de liquidação**</b>	255	182	-28,63%	285	56,59%
<b>Pendentes de finalização na fase de execução***</b>	1.856	1.962	5,71%	2.009	2,40%
<b>Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução</b>	83	113	36,14%	104	-7,96%
<b>Total</b>	<b>4.288</b>	<b>4.839</b>	<b>12,85%</b>	<b>5.110</b>	<b>5,60%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

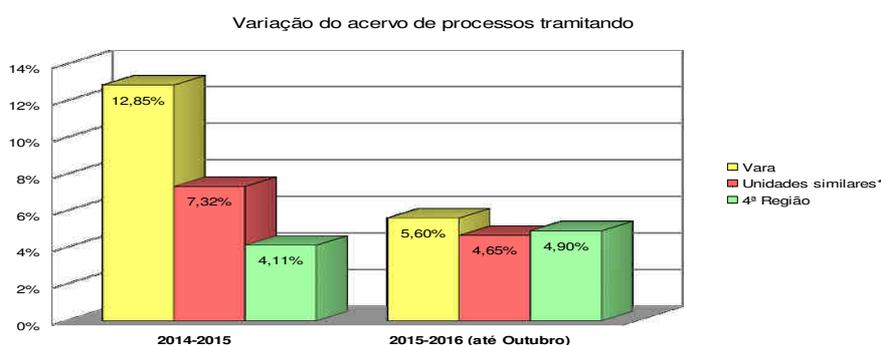


\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve uma majoração de 12,85% no número de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 488 processos), seguido da execução (elevação de 106 processos). Por sua vez, o acervo na fase de liquidação foi o único que registrou queda (73 processos, o que importa em um decréscimo de 28,63%) no período sob análise.

O desempenho da 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria em 2015, no item em questão, foi pior que o resultado apresentado pelas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, cujo acervo médio avançou 7,32%, e que o de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% no acervo médio de processos em tramitação. Ademais, no período de janeiro a outubro de 2016, o estoque de processos tramitando avançou 5,60%, desempenho novamente inferior à média das Unidades com tramitação processual entre 1.001 e 1.500 processos por ano, bem como à média regional no período, como aponta o gráfico abaixo:



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016
<b>Casos novos</b>	1.195	1.323	10,71%	1.090	-17,61%
<b>Sentenças anuladas/reformadas</b>	28	16	-42,86%	7	-56,25%
<b>Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*</b>	945	901	-4,66%	1.044	15,87%
<b>Processos pendentes de solução</b>	<b>1.265</b>	<b>1.673</b>	<b>32,25%</b>	<b>1.708</b>	<b>2,09%</b>

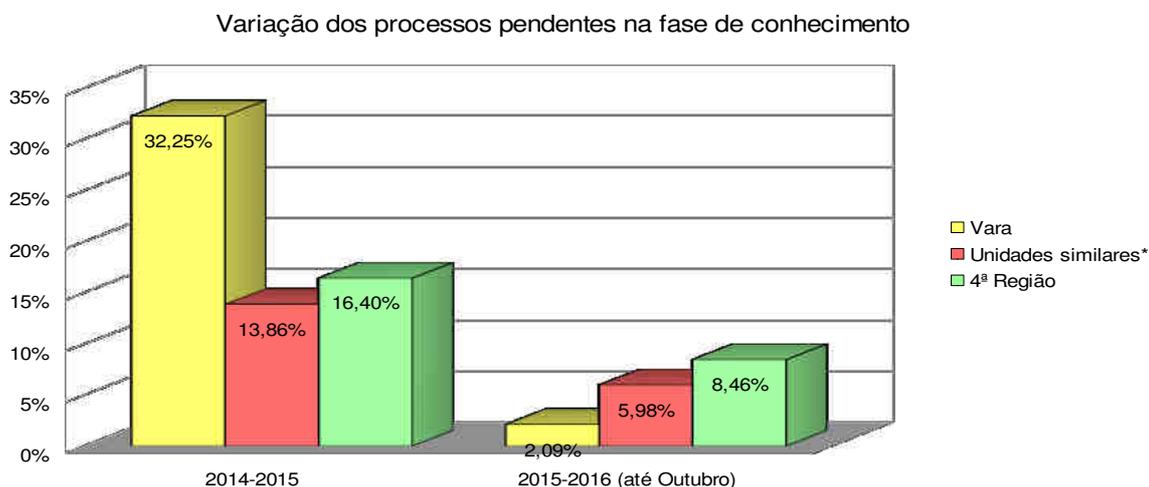
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito



No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 32,25% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.265 para 1.673 processos). Esse aumento foi muito superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seus processos pendentes), e à média de todo o Regional (onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do estoque na Unidade foi o número de casos novos ter superado o de processos solucionados no ano 2015 em 46,84% (diferença superior, inclusive, àquela constatada no ano anterior, que foi de 26,46%).

Outrossim, os dados dos dez primeiros meses de 2016 apontam aumento de 2,09% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Apesar desse aumento, o desempenho verificado foi superior tanto à média das unidades com tramitação processual similar quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual em 31.10.2016 (46,49%). Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.10.2016, houve aumento de 143 feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.10)	Varição 2015-2016
<b>Aguardando 1ª sessão de audiência</b>	327	484	48,01%	557	15,08%
<b>Aguardando encerramento da instrução</b>	749	798	6,54%	794	-0,50%
<b>Aguardando prolação de sentença – no prazo</b>	106	121	14,15%	131	8,26%



<b>Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido</b>	83	270	225,30%	226	-16,30%
<b>TOTAL</b>	<b>1.265</b>	<b>1.673</b>	<b>32,25%</b>	<b>1.708</b>	<b>2,09%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

<b>Processos solucionados em relação aos distribuídos</b>					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016
<b>Santa Maria - 02a Vara</b>	79,08%	68,10%	-13,88%	95,78%	40,64%
<b>Unidades similares*</b>	86,02%	89,46%	4,00%	96,38%	7,73%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	85,92%	89,11%	3,72%	93,95%	5,42%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 68,10% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 13,88% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 21,36 e 21,01 pontos percentuais, respectivamente.

<b>Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento</b>					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016
<b>Santa Maria - 02a Vara</b>	42,59%	34,81%	-18,25%	37,79%	8,53%
<b>Unidades similares*</b>	55,92%	54,87%	-1,87%	53,63%	-2,27%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	55,82%	55,20%	-1,10%	52,31%	-5,24%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados na 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria foi de 34,81% do número total de processos pendentes de julgamento – resultado 18,25% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 20,06 pontos percentuais, e foi menor que média de toda a 4ª Região em 20,39 pontos percentuais.



### 3.3.3 Processos Solucionados

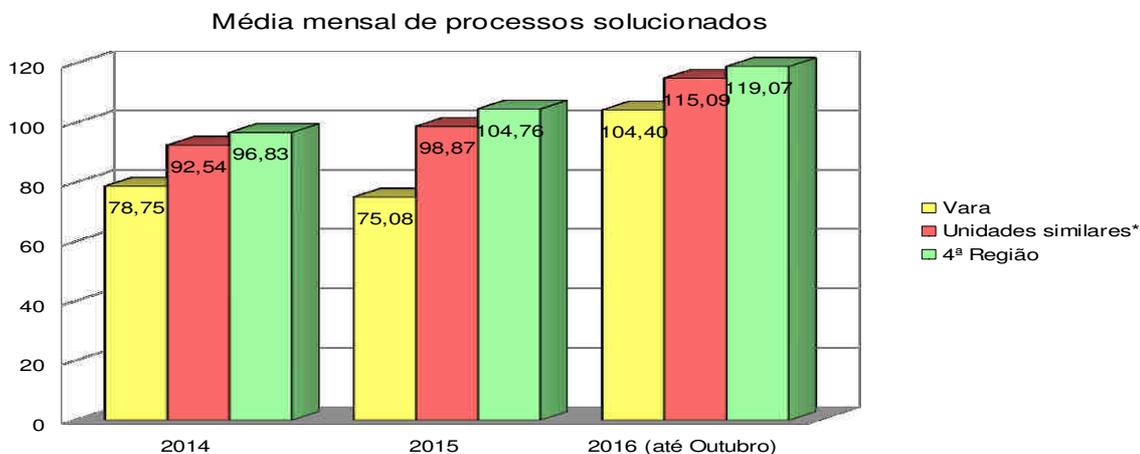
Processos solucionados							
Tipo de solução	2014	2015	2016 (até 31.10)				
	QTD	%	QTD	%	QTD	%	
Com exame de mérito	Conciliação	287	30,37	261	28,97	279	26,72
	Julgado procedente	56	5,93	58	6,44	42	4,02
	Julgado procedente em parte	331	35,03	273	30,3	422	40,42
	Julgado improcedente	135	14,29	113	12,54	127	12,16
	Extinto	9	0,95	2	0,22	9	0,86
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>818</b>	<b>86,56</b>	<b>707</b>	<b>78,47</b>	<b>879</b>	<b>84,2</b>
Sem exame de mérito	Extinto	31	3,28	79	8,77	41	3,93
	Arquivamento (art. 844 CLT)	53	5,61	77	8,55	51	4,89
	Desistência	19	2,01	35	3,88	63	6,03
	Outras decisões	24	2,54	3	0,33	10	0,96
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>127</b>	<b>13,44</b>	<b>194</b>	<b>21,53</b>	<b>165</b>	<b>15,8</b>
<b>TOTAL</b>	<b>945</b>	<b>100</b>	<b>901</b>	<b>100</b>	<b>1.044</b>	<b>100</b>	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

Verificou-se uma redução de 44 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 4,66% na média mensal de processos solucionados (de 78,75 para 75,08). Essa queda destoa, negativamente, das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 6,84% na média mensal de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) bem como da média de todo o regional que, em 2015, apresentou um aumento de 8,19% na média mensal de processos solucionados em relação ao ano anterior. Por outro lado, nos primeiros dez meses de 2016, a média mensal de processos solucionados na unidade avançou para 104,40, representando um aumento de 39,05%, elevação superior tanto ao índice das varas constantes da mesma faixa de movimentação processual (aumento de 16,40%) como em relação ao percentual de todo o TRT4 no período (aumento de 13,66%). Apesar do avanço da produtividade na Unidade, a valor médio de processos solucionados continua

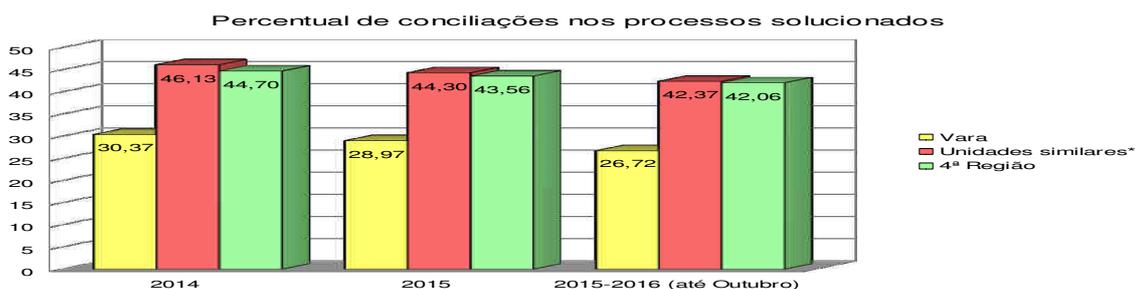


abaixo da média mensal da sua faixa de movimentação processual e da média do TRT4, conforme apresentado no gráfico abaixo:



Dentre os tipos de solução, verificou-se queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 531 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 446 decisões, representando uma redução de 16,01%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito destoou negativamente do resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, que avançou 8,33%, bem como da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que aumentou 7,56%.

Ademais, a análise do quadro abaixo demonstra queda do percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 287, representando 30,37% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações caiu para 261, correspondendo a 28,97% das soluções na fase de conhecimento – índice inferior à média das unidades similares à correccionada, que foi de 44,30%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%. Por fim, constata-se que entre janeiro e outubro do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 26,72%, resultado novamente abaixo da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:





### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

Liquidações					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	333	197	-40,84%	359	82,23%
<b>Encerradas</b>	263	277	5,32%	252	-9,03%
<b>Pendentes</b>	<b>251</b>	<b>173</b>	<b>-31,08%</b>	<b>269</b>	<b>55,49%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	24	23	-4,17%	24	4,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 251, em 2014, para 173, em 2015, importando em uma queda de 31,08%. Esse desempenho destoou positivamente tanto do índice verificado nas demais unidades com tramitação processual similar, as quais apresentaram aumento de 10,05%, como do índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88%.

Um dos principais motivos dessa queda foi a redução de 40,84% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Constata-se, nessa senda, que o número de liquidações encerradas em 2015 superou em 40,61% o número de liquidações iniciadas no mesmo período.

Já nos dez primeiros meses de 2016, houve avanço de 96 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015, o que corresponde a um aumento de 55,49% – percentual que destoou negativamente do índice das unidades similares à correccionada, que apresentou uma queda média de 11,09%, e à média regional de 2016, que registrou uma redução de 12,64% em seu estoque.

#### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016
<b>Santa Maria - 02a Vara</b>	78,98%	140,61%	78,03%	70,19%	-50,08%
<b>Unidades similares*</b>	84,69%	89,42%	5,59%	97,09%	8,58%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	88,03%	88,43%	0,46%	97,35%	10,08%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 140,61% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma elevação de 78,03% em relação ao índice do ano anterior. Além disso, o índice da Unidade foi superior à média das



demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 51,19 e 52,18 pontos percentuais, respectivamente.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016
<b>Santa Maria - 02a Vara</b>	50,77%	61,83%	21,78%	47,37%	-23,39%
<b>Unidades similares*</b>	56,00%	55,23%	-1,37%	56,56%	2,42%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	55,95%	54,32%	-2,92%	56,76%	4,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria em 2015 foi de 61,83% do número total de liquidações a encerrar – resultado 21,78% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e a média geral do TRT4 – em 6,60 e 7,51 pontos percentuais, respectivamente.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016	
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	381	384	0,79%	333	-13,28%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	8	9	12,50%	11	22,22%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	404	289	-28,47%	288	-0,35%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	117	54	-53,85%	94	74,07%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	0	5	-	8	60,00%
	<b>Demais</b>	718	821	14,35%	816	-0,61%
	<b>Total</b>	<b>718</b>	<b>826</b>	<b>15,04%</b>	<b>824</b>	<b>-0,24%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>	2.326	2.326	0,00%	2.373	2,02%	

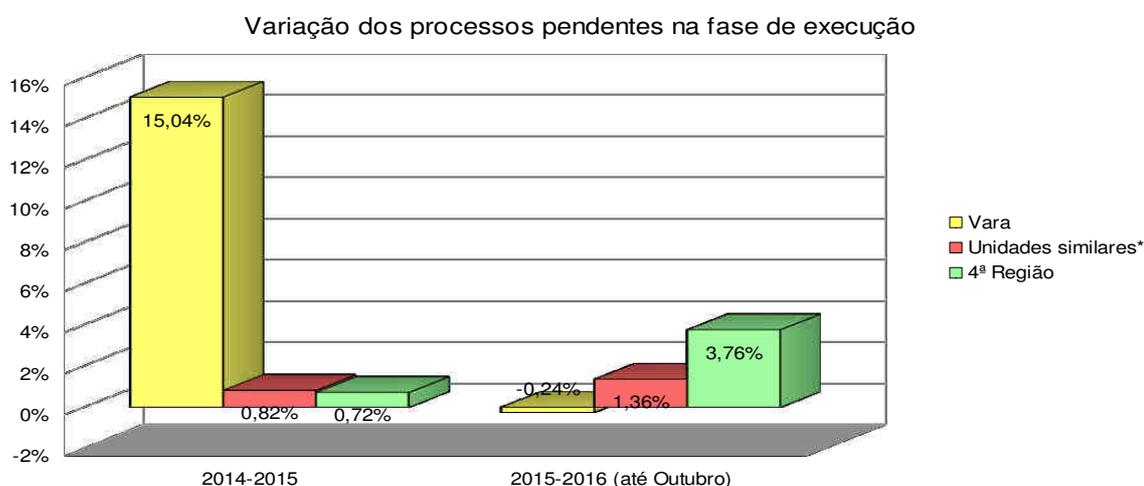
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria subiu de 718 para 826 processos, o que corresponde a uma elevação de 15,04% em relação ao ano anterior. Essa elevação foi superior tanto àquela registrada nas demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação



processual (aumento de 0,82% no estoque médio de execuções) como ao comportamento apresentado na 4ª Região no período em questão (a qual registrou um aumento de 0,72% em seu acervo médio). O principal fator a contribuir para essa elevação foi a queda de 28,47% no número de execuções encerradas na Unidade em relação ao ano anterior.

No entanto, no período de janeiro a outubro de 2016, o estoque de processos na fase de execução na Unidade Judiciária apresentou uma redução de 0,24% em relação ao final do ano anterior – desempenho melhor que o das unidades similares e o do Regional como um todo nesse mesmo período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Merece especial atenção da Unidade o enorme saldo de processos pendentes no arquivo provisório. Numa projeção simples, imaginando-se que não fossem iniciadas novas execuções nos próximos anos, caso mantida a atual média de execuções encerradas, a unidade levaria mais de dez anos e seis meses para eliminar o saldo total de processos com execuções pendentes de finalização (execuções pendentes e saldo no arquivo provisório). Ademais, nos dez primeiros meses de 2016, para cada 3 processos cuja execução foi extinta com a satisfação dos valores devidos aos credores, houve um arquivamento provisório com registro de débito.

### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016
<b>Santa Maria - 02a Vara</b>	106,04%	75,26%	-29,02%	86,49%	14,92%
<b>Unidades similares*</b>	98,23%	88,75%	-9,65%	73,38%	-17,32%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	95,90%	80,03%	-16,54%	68,57%	-14,32%



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 75,26% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 29,02% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 13,49 e 4,77 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016
<b>Santa Maria - 02a Vara</b>	11,79%	8,43%	-28,51%	8,26%	-1,98%
<b>Unidades similares*</b>	15,10%	15,79%	4,58%	13,77%	-12,79%
<b>TRT4 - 1ª Instância</b>	15,51%	15,39%	-0,79%	13,62%	-11,45%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas na 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria em 2015 foi de 8,43% do número total de execuções a encerrar – resultado 28,51% menor que o verificado no ano anterior. Esse desempenho foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 7,36 e 6,96 pontos percentuais, respectivamente. Salienta-se que esse baixo desempenho nesse item decorre diretamente do grande número de processos pendentes no arquivo provisório da Unidade.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016
<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	93	105	12,90%	132	25,71%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	97	83	-14,43%	88	6,02%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	<b>1.880</b>	<b>1.901</b>	<b>1,12%</b>	<b>1.930</b>	<b>1,53%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro



grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.10.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **06 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

<b>1</b>	<b>Processo nº 0015100-46.2007.5.04.0702</b>
<b>Situação processual:</b> Em 24.10.2014, foi determinada a liberação das restrições sobre os veículos da executada. Em 04.11.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “EXTINTA A EXECUÇÃO” e, em 18.11.2014, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> Em 13.09.2011, a reclamada Sandra Sinara Brum Cardoso teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “exigibilidade do crédito suspensa”, situação em que permanece até o presente momento.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0000260-55.2012.5.04.0702</b>
<b>Situação processual:</b> Em 02.06.2015, foi proferido despacho determinando a sustação do leilão, a liberação dos valores depositados aos devedores, a devolução de documentos às partes e o arquivamento do processo. Em 23.11.2015, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. <b>Histórico BNDT:</b> Em 23.06.2014, o reclamado Condomínio Medipar teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “com garantia total do juízo”, situação em que permanece até o presente momento.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0032500-44.2005.5.04.0702, nº 0036600-42.2005.5.04.0702 (segunda reclamada)</b>
<b>Situação similar ao processo nº 0000260-55.2012.5.04.0702</b>	
<b>4</b>	<b>Carta Precatória nº 0000524-72.2012.5.04.0702</b>
<b>Situação processual:</b> Carta precatória executória devolvida à origem em 02.10.2012. <b>Histórico BNDT:</b> Em 24.01.2013, o reclamado PortoPiso Pisos Industriais Ltda. teve seus dados inseridos no BNDT com a informação “sem garantia total do débito”, situação em que permanece até o presente momento.	
<b>5</b>	<b>Carta Precatória nº 0000680-60.2012.5.04.0702</b>
<b>Situação similar à carta precatória nº 0000524-72.2012.5.04.0702</b>	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 29.11.2016)



### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

Incidentes processuais									
	2014	2015	2016 (até 31.10)						
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	212	240	93	160	159	91	174	190	76
<b>Antecipações de tutela</b>	35	20	21	123	56	74	125	124	63
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	14	27	25	17	15	27	11	20	14
<b>Embargos à execução</b>	57	61	62	61	57	65	76	90	50
<b>Embargos à arrematação</b>	1	2	0	2	2	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	12	5	12	7	12	7	11	7	11
<b>TOTAL</b>	<b>331</b>	<b>355</b>	<b>213</b>	<b>370</b>	<b>301</b>	<b>264</b>	<b>397</b>	<b>431</b>	<b>214</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 370 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 11,78% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 15,21% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 355 para 301; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 subiu de 213 para 264 processos. Destaca-se, por fim, que em 31.10.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 214 processos, saldo 18,94% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos de declaração são a espécie que correspondem à maior parte (35,31%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0021080-90.2015.5.04.0702 (processo eletrônico)
	<b>Situação processual:</b> Em 07.10.2015, foi proferida decisão que concedeu a antecipação de tutela. Em face dessa decisão, a parte autora apresentou embargos de declaração em 08.10.2015, os quais foram apreciados por despacho de mero expediente em 14.10.2015, no qual foi atendido o



requerimento dos embargos. No entanto, como não foram lançados os movimentos processuais que registram essa decisão, o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão.

**2 Processo nº 0020007-54.2015.5.04.0841 (processo eletrônico)**

**Situação processual:** Em 07.12.2015, foi proferida decisão que não concedeu a antecipação de tutela. Em face dessa decisão, a parte autora apresentou embargos de declaração. Em 16.12.2015, por despacho de mero expediente, o juiz considerou não ser embargos de declaração o remédio processual correto, mas apreciou as razões do incidente. No entanto, como não foram lançados os movimentos processuais que registram essa decisão, o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão.

**3 Processo nº 0020057-46.2014.5.04.0702**

**Situação processual:** Junto com a petição inicial, a parte autora apresentou pedido de antecipação de tutela. Em 21.11.2014, **por despacho de mero expediente**, foi proferida decisão que acolheu em parte a antecipação de tutela. No entanto, como não foram lançados os movimentos processuais que registram essa decisão, o incidente permanece pendente de decisão junto ao sistema e-Gestão.

**4 Processo nº 0020132-85.2014.5.04.0702**

**Situação similar ao processo nº 0020057-46.2014.5.04.0702**

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe- e inFOR em 01.12.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

Prazos médios (em dias)						
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016	
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Média Sumaríssimo</b>	171,83	140,06	-18,49%	209,61	49,66%
	<b>Média Ordinário</b>	348,48	362,73	4,09%	501,19	38,17%
	<b>Média Geral</b>	<b>297,51</b>	<b>315,16</b>	<b>5,93%</b>	<b>433,65</b>	<b>37,60%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria apresentou uma elevação de 5,93%, passando de 297,51 dias para 315,16 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 18,49% em relação à média do ano anterior, passando de 171,83 para 140,06 dias. No entanto, o rito ordinário registrou um prazo médio de 362,73 dias, 4,09% mais moroso na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e outubro de

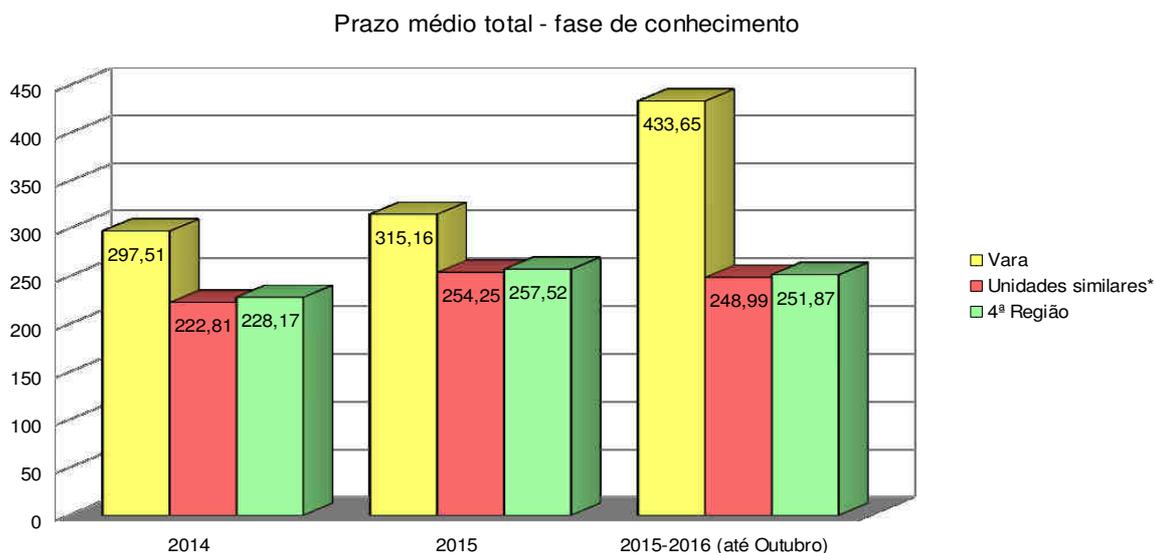


2016 apontam uma elevação de 37,60% no prazo médio geral de tramitação na fase de conhecimento.

Em face dessa situação, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 23,96% mais moroso (60,91 dias) que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 22,38% mais moroso (57,64 dias) que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4. Outrossim, os dados dos primeiros dez meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 74,17% mais longo (184,66 dias) que as demais Unidades Similares, e 72,18% mais longo (181,78 dias) que o da 4ª Região.

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que alguns processos são retirados da pauta em virtude da Seção de Perícias do TRT não ter apresentado o laudo grafodocumentoscópico em prazo hábil.

Especificações no gráfico abaixo:



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016	
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	186,89	232,86	24,60%	220,55	-5,29%
	Média Ordinário	231,66	273,80	18,19%	300,13	9,62%
	Média Geral	218,77	264,75	21,02%	277,69	4,89%

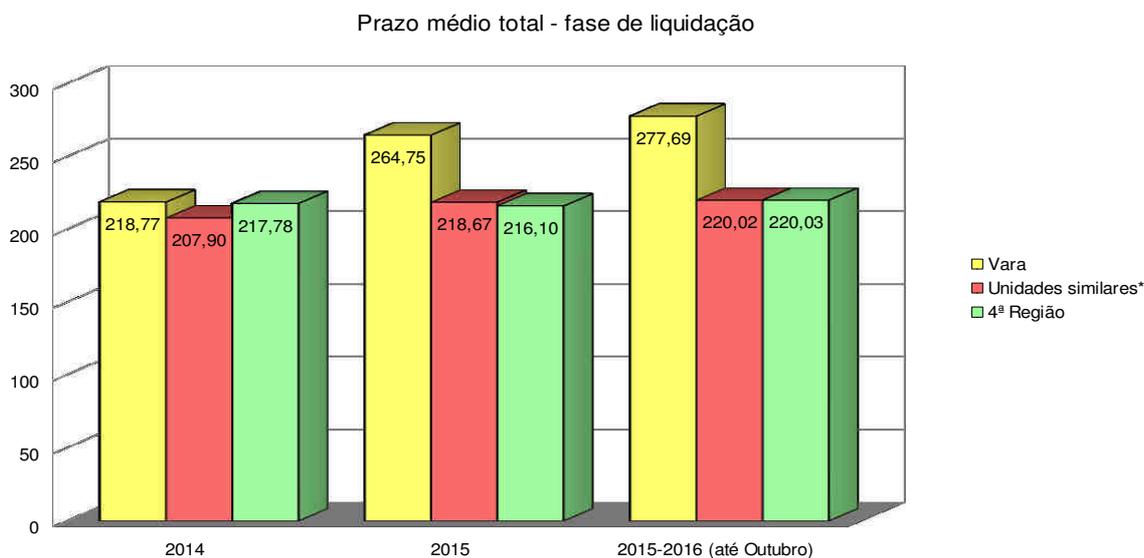
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 232,86 dias, o que equivale a um aumento de



24,60% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 273,80 dias, 18,19% mais moroso na comparação com 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a outubro, apontam uma tendência de redução dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação no rito sumaríssimo, mas de elevação no rito ordinário.

Em face dessa elevação registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 21,07% mais moroso (46,08 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 22,52% mais lento (48,65 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a outubro de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 26,21% mais longo (57,67 dias) que as demais Unidades Similares, e 26,21% mais longo (57,66 dias) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016	
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	627,99	497,34	-20,80%	605,42	21,73%
	Média Ente público	771,88	672,26	-12,91%	568,24	-15,47%
	Média Geral	637,61	519,29	-18,56%	601,40	15,81%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 627,99

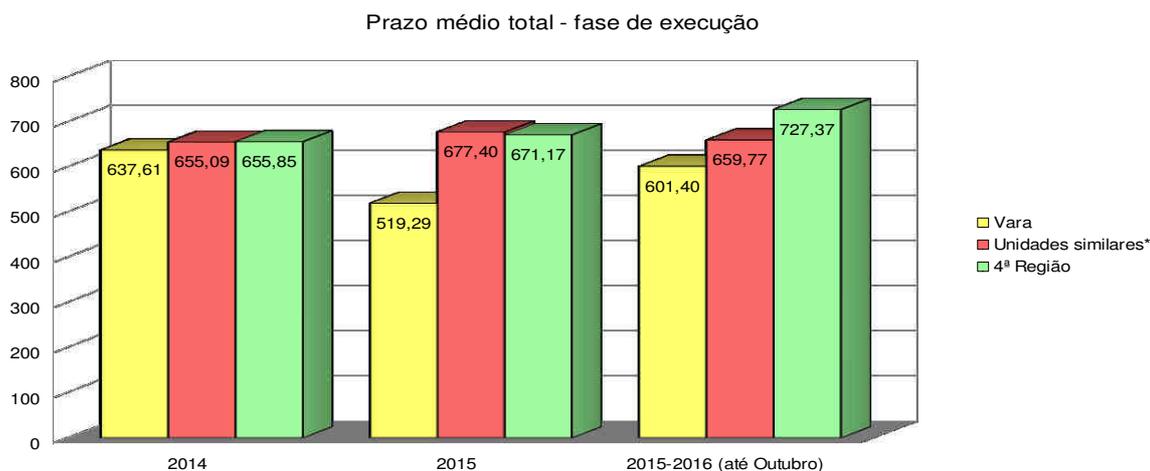


dias, em 2014, para 497,34 dias, em 2015. Em 2016 (janeiro a outubro), no entanto, a média aumentou para 605,42 dias, prazo 21,73% maior que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 771,88 dias, em 2014, para 672,26 dias, em 2015. Outrossim, nos primeiros dez meses de 2016, o lapso de tramitação recuou para 568,24 dias, o que equivale a uma redução de 15,47% na comparação com 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria foi 23,34% mais célere (158,11 dias) que a média das unidades similares, e 22,63% mais curto (151,88 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade em 2015 apresentou desempenho bastante superior àquele verificado em 2014.

Finalmente, verifica-se que nesses dez primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 8,85% menor (58,37 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar, e 17,32% menor (125,97 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.



## 5 META

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.323	901	68,10%	<b>Meta não cumprida</b>

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.



META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 01.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
1.012	789	77,96%	<b>Meta não cumprida</b>

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
383	303	79,11%	<b>Meta não cumprida</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 01.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
10	9	90,00%	<b>Meta não cumprida</b>

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Processos tramitando em 31.12.2015	
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	26	35
2º	Estado do Rio Grande do Sul	15	16
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	4	0
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	50	60
5º	União	75	45
6º	Oi S.A.	17	18
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	21	15
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	86	77
9º	Banco do Brasil S.A.	26	35



10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
-----	-------------------------------------	---	---

META 7/2015 CNJ			
Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
320	301	-5,94%	<b>Meta cumprida</b>

### 5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	297,51	315,16	<b>294,53</b>	<b>Meta não cumprida</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
<b>Total de acordos</b>	248	287	267,50	261	<b>271</b>	<b>Meta não cumprida</b>

### 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.10.2016	Solucionados até 31.10.2016	%	Resultado parcial (até 31.10)
1.090	1.044	<b>95,78%</b>	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.



META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 01.01.2015 e 31.10.2016	%	Resultado parcial (até 31.10)
1.246	950	76,24%	Meta ainda não cumprida

**5.2.3 Meta 3:** “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.10)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.10)
<b>Total de acordos</b>	248	287	267,50	279	<b>273</b>	<b>Meta já cumprida</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	20,67	23,92	22,29	27,90	<b>22,75</b>	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.10)
333	323	97,00%	<b>Indicativo de não cumprimento da meta</b>

\* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado parcial (até outubro)
1	<b>Meta ainda não cumprida</b>

**Processo nº 0000725-64.2012.5.04.0702:** Ação Civil Pública ajuizada em 05.07.2012 pelo Ministério Público do Trabalho. Processo foi concluso à juíza Cássia Ortolan Grazziotin para prolação de sentença em 25.11.2016.

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



META 7/2016 CNJ			
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Processos tramitando em 31.10.2016	
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	35	36
2º	União	45	9
3º	Estado do Rio Grande do Sul	16	29
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	77	32
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	60	43
6º	Oi S.A.	18	44
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	20	19
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	9	11
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	21	53

META 7/2016 CNJ			
Total em 2015	Total em 2016	Percentual atingido	Resultado
301	276	-8,31%	<b>Indicativo de cumprimento da meta</b>

## **6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES**

### **6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA**

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, quartas e quintas-feiras nos turnos da manhã e da tarde, e nas terças-feiras apenas no turno da tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	-	-	8 (U)	-
<b>Tarde</b>	5 (I) 1 (I)* 3 (P)	5 (I) 1 (I)* 3 (P)	5 (I) 1 (I)* 3 (P)	1 ou 2 (P)	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 09.12.2016)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
<b>Manhã</b>	-	-	5 (I) 2 (U) 3 (P)	-	-
<b>Tarde</b>	5 (I)	-	-	-	-



	2 (U) 3 (P)				
--	----------------	--	--	--	--

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 09.12.2016)

\*O J1 reserva um horário para incluir processo com audiência inicial adiada.

**Registra-se que o J2 possui pauta especial para rito sumaríssimo em janeiro/2017.**

Legenda:

*I – Audiências iniciais de rito ordinário*

*U – Audiências unas de rito sumaríssimo*

*P – Audiências de prosseguimento*

*CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias*

*E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução*

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre		
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	12.06.2017	13.02.2017	12.06.2017	15.02.2017
<b>Una Sumaríssimo</b>	08.06.2017	23.02.2017	16.02.2017	23.02.2017
<b>Instrução</b>	12.12.2017	31.07.2017	03.10.2017	02.08.2017
<b>Tentativa de acordo em execução</b>	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 09.12.2016)

## 6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

	Prazos médios (em dias)					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016	
<b>Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência</b>	<b>Média Sumaríssimo</b>	63,06	112,22	77,95%	170,32	51,78%
	<b>Média Ordinário</b>	140,13	128,07	-8,60%	155,29	21,26%
	<b>Média Geral</b>	<b>123,96</b>	<b>125,2</b>	<b>1,00%</b>	<b>158,87</b>	<b>26,89%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio ampliado de 63,06 dias, em 2014, para 112,22 dias, em 2015 (aumento de 77,95%). Todavia, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 140,13 dias, em 2014, para 128,07 dias, em 2015 (queda de 8,60%). Sinala-se que, os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a outubro, apontam elevação de 51,78% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo, e de 21,26% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam



informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.10)	Variação 2015-2016	
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	<b>Média Sumaríssimo</b>	50,65	33,35	-34,16%	37,14	11,34%
	<b>Média Ordinário</b>	267,17	226,76	-15,12%	250,82	10,61%
	<b>Média Geral</b>	<b>206,25</b>	<b>189,02</b>	<b>-8,35%</b>	<b>197,72</b>	<b>4,60%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

Quando necessárias as audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, estas tiveram o prazo médio reduzido de 50,65 dias, em 2014, para 33,35 dias, em 2015 (reco de 34,16%). A seu turno, os dados de 2016 apontam aumento de 11,34% nesse prazo médio.

No que se refere ao rito ordinário, o tempo médio da audiência de prosseguimento em 2015 foi de 226,76 dias (queda de 15,12%). No entanto, nesses primeiros dez meses de 2016 foi registrado aumento de 10,61% nesse prazo médio.

#### 6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015					TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação		
<b>Átila Da Rold Roesler</b>	49	27	8	0	<b>84</b>	
<b>Carolina Cauduro Dias de Paiva</b>	6	3	0	0	<b>9</b>	
<b>Elizabeth Bacin Hermes</b>	275	180	83	2	<b>540</b>	
<b>Fernando Reichenbach</b>	10	24	0	0	<b>34</b>	
<b>Laura Balbuena Valente Gabriel</b>	81	62	6	2	<b>151</b>	
<b>Marco Aurélio Barcellos Carneiro</b>	447	242	104	2	<b>795</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>868</b>	<b>538</b>	<b>201</b>	<b>6</b>	<b>1.613</b>	

Juiz (a)	2016 (até 31.10)					TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação		
<b>Bárbara Fagundes</b>	68	49	22	0	<b>139</b>	
<b>Elizabeth Bacin Hermes</b>	269	150	109	1	<b>529</b>	
<b>Fabício Luckmann</b>	34	32	21	0	<b>87</b>	
<b>Jorge Fernando Xavier de Lima</b>	11	5	8	0	<b>24</b>	



<b>Marco Aurélio Barcellos Carneiro</b>	293	174	72	7	<b>546</b>
<b>Maurício Graeff Burin</b>	17	11	9	0	<b>37</b>
<b>Roberta Testani</b>	0	13	0	0	<b>13</b>
<b>Sheila dos Reis Mondin Engel</b>	10	8	0	0	<b>18</b>
<b>TOTAL</b>	<b>702</b>	<b>442</b>	<b>241</b>	<b>8</b>	<b>1.393</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

## 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

A Diretora de Secretaria foi cientificada de que eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º, do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

## 6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, vigente até 15.03.2016, e no art. 26, II, da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015					
	Com exame de mérito	Sem exame de mérito	Total de processos solucionados			
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Átila Da Rold Roesler</b>	9	31	0	40	8	<b>48</b>
<b>Bárbara Fagundes</b>	0	10	0	10	0	<b>10</b>
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Carolina Cauduro Dias de Paiva</b>	1	4	0	5	0	<b>5</b>
<b>Elizabeth Bacin Hermes</b>	103	194	1	298	62	<b>360</b>
<b>Felipe Lopes Soares</b>	0	18	0	18	0	<b>18</b>
<b>Fernando Reichenbach</b>	0	0	0	0	1	<b>1</b>
<b>Laura Balbuena Valente Gabriel</b>	28	81	1	110	16	<b>126</b>
<b>Lúcia Rodrigues de Matos</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Marco Aurélio Barcellos Carneiro</b>	119	104	0	223	107	<b>330</b>
<b>Nadir Fátima Zanotelli Coimbra</b>	1	0	0	1	0	<b>1</b>
<b>TOTAL</b>	<b>261</b>	<b>444</b>	<b>2</b>	<b>707</b>	<b>194</b>	<b>901</b>



Juiz (a)	2016 (até 31.10)			Total de processos solucionados		
	Com exame de mérito Conciliações	Sem exame de mérito Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
<b>Bárbara Fagundes</b>	22	40	1	63	13	<b>76</b>
<b>Carlos Ernesto Maranhão Busatto</b>	0	52	1	53	0	<b>53</b>
<b>Clocezar Lemes Silva</b>	0	1	0	1	0	<b>1</b>
<b>Elizabeth Bacin Hermes</b>	121	207	1	329	61	<b>390</b>
<b>Fabício Luckmann</b>	20	17	2	39	11	<b>50</b>
<b>Fernando Reichenbach</b>	0	23	0	23	0	<b>23</b>
<b>Jorge Fernando Xavier de Lima</b>	8	7	1	16	3	<b>19</b>
<b>Laura Balbuena Valente Gabriel</b>	0	39	0	39	1	<b>40</b>
<b>Leandro Krebs Gonçalves</b>	0	47	0	47	1	<b>48</b>
<b>Marco Aurélio Barcellos Carneiro</b>	100	133	3	236	72	<b>308</b>
<b>Maurício Graeff Burin</b>	8	13	0	21	3	<b>24</b>
<b>Roberta Testani</b>	0	8	0	8	0	<b>8</b>
<b>Sheila dos Reis Mondin Engel</b>	0	4	0	4	0	<b>4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>279</b>	<b>591</b>	<b>9</b>	<b>879</b>	<b>165</b>	<b>1.044</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.11.2016)

## 6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

As apurações realizadas por meio do *Projeto BI TRT4* com dados consolidados até o dia 05.12.2016 registram **10** processos com a Juíza Substituta **Bárbara Fagundes**, pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias, com conclusão mais antiga datada de 02.05.2016.

Com a Juíza Substituta lotada **Elizabeth Bacin Hermes** constam **23** processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias, com conclusão mais antiga de 16.09.2016.

A Juíza Substituta **Laura Balbuena Valente Gabriel** possui **02** processos pendente de prolação de sentença há mais de 50 dias, com conclusão mais antiga de 05.05.2016.

Com a Juíza Substituta **Sheila dos Reis Mondin** constam **03** processos pendentes de solução há mais de 50 dias, com conclusão mais antiga de 15.02.2016.

O Juiz **Marco Aurélio Barcellos Carneiro** possui **253** processos com prolação de sentença pendente há mais de 50 dias, com conclusão mais antiga de 08.06.2015. Registre-se que este Juiz, contudo, encontra-se em licença para tratamento de saúde por período não determinado.



Não se constataram processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias em relação aos demais Juízes que atuaram na Unidade Judiciária no período correccionado.

No total, há **291** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias na Unidade Judiciária.

*(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 07.12.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 05.12.2016. 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 15.10.2016)*

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

A divisão do trabalho na Secretaria é realizada por tarefa nos processos físicos e por carteira nos processos eletrônicos.

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS**

No dia da inspeção, a Secretaria estava expedindo as notificações e os ofícios decorrentes de despachos assinados em 07.12.2016. As notificações para a Procuradoria Regional Federal são realizadas uma vez por semana.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

No dia da correição estavam sendo cumpridos mandados assinados em 21.11.2016.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Estavam sendo expedidos os alvarás decorrentes de despachos assinados em 30.11.2016.

### **7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

No dia da correição estavam sendo apreciadas as petições protocoladas no dia anterior.

### **7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

Por ocasião da correição estava sendo certificado o prazo até o dia 02.12.2016.

### **7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

A remessa de processos ao TRT é realizada duas vezes por semana.

### **7.7 CONVÊNIOS**

A Diretora de Secretaria informou que utiliza todos os convênios disponíveis. Porém, verificou-se *in loco*, na Central de Mandados, que não consta dos mandados a indicação do bem a ser penhorado. Os oficiais de justiça expedem *e-mail* para o Cartório de Registro de Imóveis local solicitando informações sobre a existência ou não de imóvel. Ocorre que a Unidade deve realizar a consulta aos convênios disponíveis na aba da Corregedoria, pois são ferramentas que podem contribuir significativamente para a efetividade da execução. Esclareça-se que o convênio CNIB contempla o Cadastro Nacional de Imóveis.



## 7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento de processos estava em dia, quando da correição.

## 7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita após o resultado negativo do BacenJud, a retirada é realizada quando há quitação da dívida.

## 7.10 EXAME DOS LIVROS

### 7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000975-34.2011.5.04.0702*	<b>31.03.2016</b>	7 meses e 25 dias
2	0000880-96.2014.5.04.0702*	<b>19.08.2016</b>	3 meses e 7 dias
3	0000675-67.2014.5.04.0702*	<b>08.09.2016</b>	2 meses e 18 dias
4	0013900-72.2005.5.04.0702	<b>19.09.2016</b>	2 meses e 7 dias
5	0001058-79.2013.5.04.0702	<b>19.09.2016</b>	2 meses e 7 dias
6	0000500-10.2013.5.04.0702	<b>23.09.2016</b>	2 meses e 3 dias
7	0000140-41.2014.5.04.0702	<b>27.09.2016</b>	1 mês e 29 dias
8	0000007-96.2014.5.04.0702	<b>03.10.2016</b>	1 mês e 23 dias
9	0000397-71.2011.5.04.0702	<b>03.10.2016</b>	1 mês e 23 dias
10	0000956-62.2010.5.04.0702	<b>10.10.2016</b>	1 mês e 16 dias
11	0000867-34.2013.5.04.0702	<b>10.10.2016</b>	1 mês e 16 dias
12	0045200-91.2001.5.04.0702	<b>17.10.2016</b>	1 mês e 9 dias
13	0001224-14.2013.5.04.0702	<b>21.10.2016</b>	1 mês e 5 dias
14	0000760-58.2011.5.04.0702	<b>24.10.2016</b>	1 mês e 2 dias
15	0000114-14.2012.5.04.0702	<b>27.10.2016</b>	29 dias
16	0000519-16.2013.5.04.0702	<b>31.10.2016</b>	25 dias
17	0001102-35.2012.5.04.0702	<b>03.11.2016</b>	23 dias
18	0000207-06.2014.5.04.0702	<b>03.11.2016</b>	23 dias
19	0000523-87.2012.5.04.0702	<b>03.11.2016</b>	23 dias
20	0000366-51.2011.5.04.0702	<b>14.11.2016</b>	12 dias
21	0000016-29.2012.5.04.0702	<b>14.11.2016</b>	12 dias
22	0000016-29.2012.5.04.0702	<b>14.11.2016</b>	12 dias
23	0001055-27.2013.5.04.0702	<b>14.11.2016</b>	12 dias
24	0000251-30.2011.5.04.0702	<b>14.11.2016</b>	12 dias
25	0000986-92.2013.5.04.0702	<b>14.11.2016</b>	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.11.2016)

\* Processos nos quais foram efetuadas diligências para devolução dos autos.



### 7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001179-78.2011.5.04.0702	30.08.2016	2 meses e 26 dias
2	0000824-68.2011.5.04.0702	30.08.2016	2 meses e 26 dias
3	0000751-62.2012.5.04.0702	05.10.2016	1 mês e 21 dias
4	0033500-84.2002.5.04.0702	05.10.2016	1 mês e 21 dias
5	0001146-88.2011.5.04.0702	11.10.2016	1 mês e 15 dias
6	0015300-82.2009.5.04.0702	13.10.2016	1 mês e 13 dias
7	0000590-23.2010.5.04.0702	15.10.2016	1 mês e 11 dias
8	0000413-20.2014.5.04.0702	15.10.2016	1 mês e 11 dias
9	0141600-89.2009.5.04.0702	15.10.2016	1 mês e 11 dias
10	0000742-32.2014.5.04.0702	15.10.2016	1 mês e 11 dias
11	0000883-85.2013.5.04.0702	20.10.2016	1 mês e 6 dias
-	0083400-89.2009.5.04.0702	03.11.2016	Dilação de prazo deferida
-	0000507-70.2011.5.04.0702	03.11.2016	Dilação de prazo deferida
12	0000113-58.2014.5.04.0702	07.11.2016	19 dias
13	0094200-84.2006.5.04.0702	07.11.2016	19 dias
14	0000345-70.2014.5.04.0702	14.11.2016	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 25.11.2016)

## 8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 12 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correção à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 25.11.2016, listagem que totalizou **361 processos** sem movimentação há mais de 30 dias. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

### 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0001372-25.2013.5.04.0702
<p><b>Aspectos gerais dos autos*:</b> quarto volume com mais de 200 folhas.</p> <p><b>Movimentação processual:</b> no período objeto de correção, houve o encerramento da instrução em audiência de 02.07.2015; em 29.03.2016, os autos foram enviados a esta Corregedoria para redistribuição; a sentença foi publicada em Secretaria em 02.05.2016 (fls. 893/899) e as partes intimadas em 11.05.2016; há recurso da autora com protocolo em 18.05.2016, sendo recebido em 13.06.2016 (fl. 931); recurso da primeira reclamada interposto em 22.06.2016 e recebido em 23.06.2016 (fl. 979); determinação de remessa dos autos ao TRT em 04.08.2016 (fl. 998).</p>	



2

0001250-12.2013.5.04.0702

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a referir.

**Movimentação processual:** encerramento da instrução em audiência de 09.06.2015; em 31.03.2016, os autos foram recebidos nesta Corregedoria para redistribuição; a sentença foi publicada em Secretaria em 02.05.2016 (fls. 703/709) e as partes intimadas em 10.05.2016; há recurso do autor com protocolo em 16.05.2016, sendo recebido em 13.06.2016 (fl. 741); recurso da primeira reclamada interposto em 22.06.2016 e recebido em 23.06.2016 (fl. 789); determinação de remessa dos autos ao TRT em 04.08.2016 (fl. 809).

3

0000274-05.2013.5.04.0702

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a referir.

**Movimentação processual:** encerramento da instrução em audiência de 09.04.2014 (fls. 152/153) e sentença publicada em Secretaria em 02.02.2015 (fls. 164/175) e as partes intimadas em 25.02.2015; há recurso do autor com protocolo em 04.03.2015, sendo recebido em 17.03.2015 (fl. 186); recurso julgado pela 5ª Turma em 18.06.2015 e certidão de trânsito em julgado em 07.07.2015 (fl. 227-v); decisão com critérios para liquidação de sentença em 16.07.2015 (fls. 228/229) e decorridos os prazos sem manifestação das partes, os autos são encaminhados ao perito contador, que apresenta laudo em 10.11.2015 (fls. 233/246) e complementação em 16.02.2016 (fls. 241/246); cálculos homologados em 07.04.2016; até a data de remessa dos autos a esta Corregedoria, a reclamada não havia sido citada, tendo o autor informado novos endereços às fls. 257 e 262.

4

0001365-04.2011.5.04.0702

**Aspectos gerais dos autos\*:** terceiro volume com mais de 200 folhas

**Movimentação processual:** cálculos homologados em 18.03.2015 (fl. 546), o reclamado é citado em 20.04.2015 (fl. 548-v); em **22.04.2015** é determinada a liberação do depósito recursal ao reclamante (fl. 550), sendo expedido alvará em **06.05.2015** (fl. 552); não sendo localizados valores ou veículos de propriedade do reclamado através dos convênios judiciais, o juízo determina a expedição de mandado de penhora, com cumprimento em 29.02.2016, sem êxito, conforme certidão datada de 21.03.2016 da fl. 566, verso; em 08.04.2016 o exequente é notificado para dizer as formas de proceder a execução, e em 06.05.2016, requer o redirecionamento da execução à pessoa física do sócio (fl. 570/572), o que é deferido pelo juízo em 09.05.2016 (fl. 600); em 16.05.2016, o juízo determina a penhora de imóvel (fl.616), sendo expedido o mandado em 28.06.2016 (fl. 619), sem êxito nos termos da certidão do oficial de justiça da fl. 620 em 18.07.2016; o exequente manifesta-se em 27.07.2016 (fls. 623/624), o que será apreciado pelo juízo após a devolução dos autos por esta Corregedoria.

**Principais entraves:** dificuldade de localização de bens do executado.

5

0000241-78.2014.5.04.0702

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a referir.

**Movimentação processual:** na audiência inicial foi designada perícia técnica para avaliação da insalubridade e o feito foi adiado *sine die*; marcada audiência de instrução para 22.09.2015, o procurador do autor requereu o adiamento da audiência informando que a sua única testemunha estava presente mas deixou o recinto e não mais retornou; o juízo deferiu o adiamento para 17.12.2015 e nesta data, por motivos de saúde do Magistrado, o feito foi novamente adiado *sine die*.

**Principal entrave:** processo ajuizado em 12.03.2014 e até a presente data não houve o encerramento para julgamento, tendo sido realizadas audiências em 30.05.2014 (inicial, fl. 78), 22.09.2015 (fl. 697) e 17.12.2015 (fl. 703).

6

0001223-95.2014.5.04.0701 – sum

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a referir.

**Movimentação processual:** no período objeto de correição, o feito foi julgado extinto com resolução de mérito, tendo em vista a prescrição pronunciada (fl. 55-v) sendo juntada a sentença em



**19.05.2015**; embargos de declaração julgados em **04.04.2016**; o reclamante apresenta recurso ordinário em 20.04.2016, que é recebido em 01.06.2016, estando a segunda reclamada intimada para apresentação de contrarrazões (fl. 80).

7

**0000436-63.2014.5.04.0702 - sum**

**Aspectos gerais dos autos\***: nada a referir.

**Movimentação processual**: certificado o trânsito em julgado da decisão em 17.03.2015 (fl. 219-v), e com a baixa dos autos, é dado início à liquidação de sentença em 25.03.2015 (fl. 220), decisão reconsiderada em 11.01.2016 (fls. 229/230); notificação das partes em 16.02.2016; cálculos realizados por perito contador com protocolo em **28.04.2016** (fls. 235/256), as partes são intimadas em 06.05.2016; sem manifestação, a conta é homologada em 27.07.2016 (fl. 262).

8

**0000954-87.2013.5.04.0702**

**Aspectos gerais dos autos**: nada a referir.

**Movimentação processual**: encerramento da instrução em 23.06.2015 (fls. 175/176); publicação da sentença em 27.04.2016 (fls. 179/182); as partes são intimadas em 04.05.2016 (fls. 183/184); embargos de declaração com protocolo em 05.05.2016, recebidos pelo juízo em 30.05.2016 (fl. 189), com determinação de intimação da parte contrária, o que é realizado em 08.06.2016 (fl. 190); decisão proferida em 28.06.2016, com notificação das partes em 12.07.2016; recursos de ambas as partes são recebidos pelo juízo em 20.07.2016 (fls.227/228), expedida intimação para contrarrazões às partes em 09.08.2016 (fls.229/230).

9

**0000773-23.2012.5.04.0702**

**Aspectos gerais dos autos\***: nada a referir.

**Movimentação processual**: trânsito em julgado da decisão em 26.01.2015; com a baixa dos autos à origem, é iniciada a liquidação de sentença em 02.02.2015 (fl. 174); as partes são intimadas em 26.02.2015; a reclamada apresenta a conta e diante da impugnação do autor, o juízo determina a sua elaboração por perito contador em 10.04.2015 (fl. 189); a reclamada é intimada para juntar documentos; laudo com protocolo em 20.10.2015 (fls.226/232); em 14.01.2016, o juízo determina a readequação da conta quanto aos critérios de atualização monetária (fl. 233); novo laudo apresentado em 16.02.2016 (fls. 237/244); conta homologada em 18.03.2016; citada, a reclamada requer prazo adicional de dez dias para pagamento, o que é deferido pelo juízo em 09.05.2016 (fl. 294); liberado à parte autora o valor do depósito recursal conforme alvará expedido em 19.05.2016 (fl. 296); tentativa de bloqueio de valores via sistema BacenJud em 28.07.2016 (fl. 300) para quitação do saldo, sem resposta, até a data em que requisitados os autos.

10

**0000523-87.2012.5.04.0702**

**Aspectos gerais dos autos\***: nada a apontar.

**Movimentação processual**: a parte autora é intimada para manifestar-se acerca do prosseguimento da execução em 13.04.2015 (fl. 111); o exequente requer a penhora dos bens pertencentes à serralheira do executado, o que é indeferido em 07.05.2015 (fl. 115); a decisão é reconsiderada em 02.10.2015, determinando o juízo a expedição de mandado de penhora (fl. 120); mandado expedido em 26.10.2015 e cumprido em 16.12.2015; em 08.01.2016, é determinada a vista ao exequente, que é notificado em 12.02.2016; requer seja realizada nova tentativa de bloqueio de valores pelo sistema BacenJud (fl. 129); o juízo defere em 11.05 e a Secretaria da Vara procede a pesquisa em 16.05.2016, sem êxito, sendo o exequente intimado a respeito tão somente em 09.08.2016 (fl. 134).

11

**0000525-86.2014.5.04.0702 – sum**

**Aspectos gerais dos autos\***: nada a apontar.

**Movimentação processual**: citada a reclamada (fl. 93-v), e decorrido o prazo legal sem pagamento ou indicação de garantia à execução, o juízo determina o bloqueio de valores pelo sistema BacenJud em 18.05.2015 (fl. 94); a consulta em 22.05.2015 resulta em valor irrisório constricto (fl.



97); expedido mandado de penhora em 26.01.2016, a ser cumprido na sede da empresa, sem êxito, estando o imóvel fechado conforme certidão da fl.102-v (01.03.2016) e 107-v (29.03.2016); em 01.04.2016, o exequente é intimado a fornecer o endereço atual da executada (fl. 108); em 05.04.2016, o juízo determina o redirecionamento da execução ao patrimônio dos sócios (fl. 120); em 30.06.2016 é autorizado o bloqueio de valores dos sócios já citados (3º, 4º e 5º); a consulta ao sistema BacenJud é realizada em 27.07.2016, e não há retorno até a data em que requisitados os autos (fl. 134).

12

0000272-35.2013.5.04.0702 - sum

**Aspectos gerais dos autos\*:** nada a apontar.

**Movimentação processual:** determinado o redirecionamento da execução à pessoa física do sócio e a pesquisa quanto aos valores e bens em seu nome, o bloqueio via sistema BacenJud resulta em valor irrisório (fl. 132) liberado ao autor pelo alvará da fl. 141; expedido mandado de penhora, não foram localizados bens passíveis de suportar a execução nos termos da certidão do oficial de justiça de 22.07.2016 (fl. 142-v); o exequente é intimado dos fatos em 12.08.2016 (fl. 144).

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 25.11.2016.

Autos aguardando arquivamento – Processos Exemplos:	
0000264-58.2013.5.04.0702	0000317-39.2013.5.04.0702
0000311-32.2013.5.04.0702	0000363-91.2014.5.04.0702
0000151-41.2012.5.04.0702	0001117-04.2012.5.04.0702
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0000412-35.2014.5.04.0702	0000329-19.2014.5.04.0702
0000582-07.2014.5.04.0702	0001134-69.2014.5.04.0702
0000696-43.2014.5.04.0702	0000922-48.2014.5.04.0702
0000736-25.2014.5.04.0702	0001282-85.2011.5.04.0702
0061400-03.2006.5.04.0702	0257500-82.1993.5.04.0702
0000729-33.2014.5.04.0702	0001365-04.2011.5.04.0702
0000398-22.2012.5.04.0702	0000202-81.2014.5.04.0702
0015100-32.1996.5.04.0702	0000711-12.2014.5.04.0702
0001308-20.2010.5.04.0702	0000887-88.2014.5.04.0702
0000942-10.2012.5.04.0702	0001245-87.2013.5.04.0702



### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, mas a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que os Juízes, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordenam** a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a requerimento.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que os Juízes **determinam** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade ou, em não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária (art. 18, V, “g”, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho de 2012 e art. 26, V, “g” da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016). Não houve mudança de procedimento com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 24.10.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada em duas oportunidades, nos dias 05 e 09.12.2016.

A posição, nas datas supra são as que seguem:

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos Com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	21	0020020-19.2014	08.08
	24	-	-
Processos com petições avulsas	3	0020153-90.2016	28.11
	2	Todos	08.12
Com habilitações não lidas	10	0020686-49.2016	24.11
	9	0021425-22.2016	06.12



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

<b>Com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado</b>	2 1	0021472-96.2016 0021463-34.2016	01.12 06.12
<b>Com petições não apreciadas</b>	49 73	0020123-55.2016 0020123-55.2016	24.11 29.11
<b>Mandados devolvidos OJ</b>	13 3	0020076-52.2014 20873-57.2016	28.11 07.12

Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
<b>Apreciar urgentes</b>	1-Conhecimento	- 2	0021468-56.2016	08.12
<b>Apreciar dependência</b>	1-Conhecimento	-		
<b>Aguardando cumprimento de providência</b>	1-Conhecimento	133 137	-	
<b>Aguardando término dos prazos</b>	1-Conhecimento	208 197	-	
<b>Análise do Conhecimento</b>	1-Conhecimento	16 13	0020350-45.2016 0020093-88.2014	14.09 10.11
<b>Controle de Sobrestamento/Suspensão</b>	1-Conhecimento	1 1	0020054-91.2014 0020054-91.2014	10.08 10.08
<b>Prazos vencidos</b>	1-Conhecimento	29 13	0021030-30.2016 0020144-31.2016	20.09 26.11
<b>Preparar Comunicação</b>	1-Conhecimento	13 9	0021496-58.2015 0021064-05.2016	21.11 02.12
<b>Triagem inicial</b>	1-Conhecimento	6 2	0021428-74.2016 0021465-04.2016	24.11 07.12
<b>Aguardando cumprimento de providência</b>	2-Liquidação	15 17	-	
<b>Aguardando término dos prazos</b>	2-Liquidação	19 24	-	
<b>Análise das Perícias</b>	2-Liquidação	5 1	- 0020176-70.2015	05.12
<b>Análise de Liquidação</b>	2-Liquidação	1 1	0020215-33.2016 0020176-70.2015	24.11 05.12
<b>Prazos vencidos</b>	2-Liquidação	8 2	0021308-65.2015 0020260-71.2015	04.11 15.11
<b>Aguardando cumprimento de providência</b>	3-Execução	74 68	- -	
<b>Aguardando término dos prazos</b>	3-Execução	71 64	-	
<b>Análise de Execução</b>	3-Execução	15 19	0021270-19.2016	26.10
<b>Aguardando final de Sobrestamento/Suspensão</b>	3-Execução	5	-	
<b>Iniciar execução</b>	3-Execução	- 1	- 0021466-86.2016	- 07.12
<b>Prazos vencidos</b>	3-Execução	3 4	0020642-30.2016 0020879-64.2016	18.11 06.12
<b>Preparar Comunicação</b>	3-Execução	- 10	- 0020074-48.2015	- 30.11

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe em 05.12.2016 e na data da correição 09.12.2016)

A Unidade possuía, na data da correição, 1.839 processos eletrônicos na fase de conhecimento, 52 na fase de liquidação e 205 na de execução, além de 1.110 na aba Arquivados.



Os agrupadores nem sempre estão atualizados, a exemplo do relativo a “Pedido de Sigilo nos documentos não apreciados”, cujo processo 0020208-41.2016.5.04.0702, com sigilo em 13.06.2016, audiência no mesmo dia e sentença de exceção de incompetência determinando a remessa dos autos para Itajaí/SC. Vale referir o contido na ata de correição do ano de 2015: “Reiterou-se à Diretora de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual”.

Em relação às tarefas e caixas criadas no interior de cada tarefa, a Unidade está bem organizada. Há, contudo, prazos processuais que excedem em muito os cinco dias estabelecidos no artigo 228 do CPC.

Em “Aguardando Cumprimento de Providência”, com caixas em períodos de dez dias, a mais antiga, no dia da correição, era a “2016 – MÊS 10 -21 a 31”, com quatro processos. Cite-se o processo 0020530-95.2015.5.04.0702, com pedido de arquivamento da Carta Precatória desde 13.10.2016. Em “Aguardando Cumprimento de Providência – Exec” a caixa mais antiga é relativa ao período de 21 a 31.10.2016, com um processo, que deve ser movimentado.

Cumprir referir que em “Análise de conhecimento”, o do quadro é caso isolado, a grande maioria dos processos estavam, quando da correição, pendentes desde o mês de dezembro (havia apenas mais um de novembro, do dia 30), e na tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência – Liq”, com caixas de períodos de dez dias, a mais antiga é a denominada “2016 – Mês 12 – 01 a 10”, com dois processos.

Conforme verificado, por amostragem, nos processos 0020467-70.2015.5.04.0702 (instrução processual encerrada em 30.11.2016 e conclusão à Juíza em 05.12.2016), 0021376-15.2015.5.04.0702 (instrução processual encerrada em 05.10.2016 e conclusão à Juíza em 16.11.2016), e 0021488-81.2015.5.04.0702 (instrução processual encerrada em 26.10.2016 e conclusão à Juíza em 03.11.2016), o prazo estabelecido no artigo 228 do Novo CPC para conclusão não é regularmente observado.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, verifica-se que **não houve atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

A Unidade encontra-se instalada em prédio próprio, com amplas instalações físicas.

Na análise dos dados estatísticos do período de 01.01.2014 a 31.10.2016, constatou-se uma elevação constante dos processos pendentes na fase de conhecimento na 2ª Vara do Trabalho de Santa Maria, especialmente em 2015 (32,25%). Ainda que verificado aumento na maior parte das unidades de primeira instância do Regional, o crescimento do montante de processos pendentes de decisão na Unidade ocorreu acima da média apurada nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e da média geral da 4ª Região.

Assim como na fase de conhecimento, as informações estatísticas da fase de execução revelam que o número de processos pendentes avançou em índice superior ao verificado nas unidades da mesma faixa de movimentação processual e



da 4ª Região em 2015. No entanto, o acervo de processos pendentes de encerramento nessa fase é plenamente administrável. O mesmo não se pode falar do saldo de processos pendentes no arquivo provisório, cujo acervo é o maior dentre todas as Unidades com tramitação processual similar. Deve, portanto, ser empreendido esforço para redução do número de arquivamentos com dívida na Unidade, bem como para realização de procedimentos executórios nos processos arquivados, sugerindo-se a reunião de execuções e a utilização dos convênios disponibilizados por esta Corregedoria.

Da mesma forma, a gestora da unidade deve tomar providências para evitar equívocos não só no lançamento de informações de débitos no BNDT, mas principalmente na exclusão desses, a fim de manter fidedignas as informações constantes da Certidão Negativas de Débitos Trabalhistas fornecida pelo TST. Igualmente, reitera-se a necessidade de a Unidade proceder regularmente à verificação e à correção dos incidentes processuais no sistema informatizado, pois tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos magistrados.

As informações estatísticas apontam, também, com relação aos prazos médios na fase de conhecimento e liquidação, que a Unidade Judiciária apresenta nos últimos dois anos um desempenho inferior à média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média de todas as unidades de 1ª instância do TRT. Por outro lado, o prazo médio na fase de execução apresentou um desempenho superior às unidades similares e ao TRT.

Na análise dos processos físicos constatou-se a necessidade de algumas correções de forma imediata para evitar a repetição de alguns equívocos constatados no item 8.1, com a observância das determinações da CPCR.

Em relação ao PJe, a par das situações apontadas no item 09 supra, a Unidade apresenta um razoável fluxo de trabalho.

Também é preocupante o prazo excessivo para designação da audiência inicial no rito sumaríssimo. Como informado no dia da correção, o J1 possui audiência designada para dia 08.06.2017, aspecto que deve ser revisto com urgência.

Pelos dados apontados por ocasião da correção e os constantes deste relatório, resta claro a necessidade de reestruturação na forma de gestão da Unidade para melhorar o fluxo de trabalho e diminuir o prazo de tramitação dos processos em todas as fases.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo



período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, e que os dados parciais relativos ao período compreendido entre 01.01.2016 e 31.10.2016 apontam tendência de não cumprimento da meta no presente ano.

#### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)**

Considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.3), e que os dados parciais relativos ao período compreendido entre 01.01.2016 e 31.10.2016 apontam tendência de não cumprimento da meta no presente ano, recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (BacenJud, HOD, InfoJud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se, ainda, que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

#### **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)**

Renova-se a recomendação contida na ata de correição do ano de 2015, para que “sejam mantidos atualizados os dados constantes sob os ‘agrupadores’ do PJe, procedendo à exclusão manual dos processos em que já foi dado andamento”.

### **13 DETERMINAÇÕES GERAIS**

#### **ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

#### **ITEM 7.7. (Convênios)**

Determina-se que a Unidade realize a consulta aos convênios disponíveis na aba da Corregedoria e posteriormente expeça o mandado específico aos Oficiais de Justiça.

#### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) proceda à abertura de novo volume quando os autos atingirem aproximadamente duzentas folhas (art. 72 da CPC/2015 e art. 40 da CPGC);
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPC/2015)



e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco conforme art. 211 do CPC de 2015 e art. 171 do antigo CPC, certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);

- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 228 do CPC de 2015 (art. 190 do CPC antigo).

## **14 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS**

### **14.1 SECRETARIA**

#### **ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos nº 0015100-46.2007.5.04.0702, nº 0032500-44.2005.5.04.0702, nº 0036600-42.2005.5.04.0702 (segunda reclamada) e nº 0000260-55.2012.5.04.0702**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- b) exclua as reclamadas do BNDT nas cartas precatórias nº 0000524-72.2012.5.04.0702 e nº 0000524-72.2012.5.04.0702, haja vista que na execução por carta, compete ao juízo deprecante a realização dos procedimentos relativos ao BNDT, conforme disposto no parágrafo único do art. 2º da Resolução Administrativa TST 1470/2011.

#### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração de decisões de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feita na tarefa “Minutar decisão” do tipo “Embargos de declaração”; após a assinatura, deve ser registrada a solução correspondente à decisão proferida. Esse procedimento deve ser realizado no processo nº 0021080-90.2015.5.04.0702 (embargos conhecidos);
- b) quando o juízo entender que a manifestação da parte não se trata de matéria atinente ao incidente, mas receber a manifestação como mera petição, deverá a Secretaria retirar o incidente da pendência utilizando o Lançador de movimentos, acessando-se o menu “Processo>Outras ações>Lançar movimentos” com a indicação do número do processo e seleção do movimento “Alterado o tipo de petição”, com indicação do tipo de petição anterior. Esse procedimento deverá ser adotado em relação aos embargos de declaração apresentados pelo reclamante no processo nº 0020007-54.2015.5.04.0841;



- c) observe que a elaboração de decisão de antecipação de tutela no PJe-JT deve sempre ser feita na tarefa “Minutar decisão”, complemento “Antecipação de Tutela”, registrando-se a solução correspondente à decisão proferida. Esse procedimento deve ser realizado no processo nº 0020057-46.2014.5.04.0702 (concedida em parte a antecipação de tutela); 0020132-85.2014.5.04.0702 (concedida a antecipação de tutela).

#### **ITEM 5.2.2 (Meta CNJ 2/2016)**

Determina-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias ao cumprimento dessa meta, destacando-se a necessidade do julgamento de, no mínimo, 172 processos dentre aqueles distribuídos até 31.12.2014 ainda pendentes na fase de conhecimento para alcance do percentual exigido.

Para tanto, sugere-se que a Unidade consulte o relatório “A.1.3.2 – Pendentes de Solução por Ano do Processo” disponível no sistema e-Gestão através do caminho e-Gestão → 1ª Instância → 3–Relatórios Gerenciais → A–Das Varas do Trabalho → 1-Conhecimento → 3-Pendentes de Solução. Tão logo se visualize o relatório, deve-se filtrar os resultados específicos da Unidade através do campo “Município-Vara (Todos os Valores)▼”, não somente na aba “1.Resumo por Ano do Processo”, mas também na aba “Lista de Processos”.

#### **ITEM 5.2.5 (Meta CNJ 6/2016)**

Oficie-se a Juíza **Cássia Ortolan Grazziotin** para que prolate sentença no processo nº 0000725-64.2012.5.04.0702 no menor prazo possível, a fim de que seja cumprida a respectiva meta.

#### **ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)**

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

#### **ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

#### **ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)**

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **361 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria, aqueles que aguardam cumprimento de



acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, e pagamento de precatório, ou dependem do andamento de outros processos). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) archive processos como os de nº 0000264-58.2013.5.04.0702, 0000317-39.2013.5.04.0702, 0000311-32.2013.5.04.0702, 0000363-91.2014.5.04.0702, 0000151-41.2012.5.04.0702, 0001117-04.2012.5.04.0702, dentre outros;
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº 0000412-35.2014.5.04.0702, 0000329-19.2014.5.04.0702, 0000582-07.2014.5.04.0702, 0001134-69.2014.5.04.0702, 0000696-43.2014.5.04.0702, 0000922-48.2014.5.04.0702, 0000736-25.2014.5.04.0702, 0001282-85.2011.5.04.0702, 0061400-03.2006.5.04.0702, 0257500-82.1993.5.04.0702, 0000729-33.2014.5.04.0702, 0001365-04.2011.5.04.0702, 0000398-22.2012.5.04.0702, 0000202-81.2014.5.04.0702, 0015100-32.1996.5.04.0702, 0000711-12.2014.5.04.0702, 0001308-20.2010.5.04.0702, 0000887-88.2014.5.04.0702, 0000942-10.2012.5.04.0702, 0001245-87.2013.5.04.0702, dentre outros.

## **ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJE)**

Determina-se à Unidade Judiciária que impulse os processos contidos nas tarefas “Aguardando Cumprimento de Providências” e “Aguardando Cumprimento de Providências – Exec” pendentes há mais de cinco dias na data da correição.

## **14.2 MAGISTRADOS**

### **ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)**

Determina-se que as Juízas **Bárbara Fagundes, Elizabeth Bacin Hermes, Laura Balbuena Valente Gabriel e Sheila dos Reis Mondin** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O cumprimento dessa determinação será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio.

Em relação ao Juiz **Marco Aurélio Barcellos Carneiro**, esta Corregedoria adotará as providências necessárias.

## **15 PRESENÇAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Substituta, a Diretora de Secretaria e os demais servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Santa Maria no dia 09.12.2016, das 10h às 11h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram advogados representantes da OAB local.



## **16 PRAZO PARA RESPOSTA**

**16.1 A Diretora de Secretaria** deverá cientificar os demais servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* [assjcor@trt4.jus.br](mailto:assjcor@trt4.jus.br)) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

**16.2 As Juízas Bárbara Fagundes, Elizabeth Bacin Hermes, Laura Balbuena Valente Gabriel e Sheila dos Reis Mondin** deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório.

## **17 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Substituta Elizabeth Bacin Hermes, pela Diretora de Secretaria Helena Bevilacqua Beck e pelos demais servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno  
Corregedora Regional**